

- Nas questões a seguir, assinale, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Em sua prova, caso haja opção(ões) constituída(s) pela estrutura **Situação hipotética**: ... seguida de **Assertiva**: ..., os dados apresentados como situação hipotética deverão ser considerados como premissa(s) para o julgamento da assertiva proposta.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Caso, em sua prova, haja questão que demande conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

	valor
	(em R\$ mil)
adições no imobilizado	274
adições no intangível	6
adições nos ativos biológicos	818
aumento em estoques	220
aumento em fornecedores	179
depreciação, exaustão e amortização	1.050
empréstimos captados	1.566
liquidação de operações com derivativos	40
pagamento de empréstimos	497
pagamento do imposto de renda e contribuição social	40
prejuízo líquido do período	1.006
resultado positivo da equivalência patrimonial	104

A partir dessas informações, extraídas da demonstração do fluxo de caixa de determinada companhia referente ao exercício de 2015, assinale a opção correta, de acordo com o método indireto.

- Ⓐ Enquanto cada uma das atividades de investimento consumiu o fluxo de caixa, cada uma das atividades de financiamento gerou caixa no período.
- Ⓑ O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento foi de R\$ 280 mil.
- Ⓒ O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 107 mil.
- Ⓓ O montante da depreciação, exaustão e amortização do período reduz o fluxo de caixa das atividades operacionais.
- Ⓔ O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$ 1.029 mil.

QUESTÃO 2

Em relação aos conceitos, à classificação e aos critérios de avaliação dos componentes patrimoniais, assinale a opção correta.

- Ⓐ As contas a receber são avaliadas pelo valor líquido de realização, isto é, os valores são ajustados pelas perdas estimadas na liquidação dos créditos e, se for o caso, reduzidas a valor presente.
- Ⓑ Caso uma empresa adquira mercadorias importadas de um fornecedor que exige o pagamento em moeda estrangeira, o valor dessa obrigação no balanço patrimonial da empresa constará em reais de acordo com a taxa cambial da data da operação de compra.
- Ⓒ O numerário em trânsito, como as remessas para filiais, constitui disponibilidade para a empresa transportadora de valores, e não para a empresa que solicitou a remessa.
- Ⓓ Quando uma empresa realiza uma operação de desconto de duplicatas, aumenta-se o valor do passivo exigível a partir do valor nominal das duplicatas negociadas.
- Ⓔ Em uma companhia comercial, os empréstimos a diretores devem ser classificados como ativos circulantes ou ativos não circulantes, de acordo com o prazo concedido para liquidação.

Espaço livre

QUESTÃO 3

ações em tesouraria
caixa e equivalentes de caixa
clientes
contas a receber
custo dos produtos vendidos
despesas antecipadas
imobilizado em andamento
intangível
obrigações trabalhistas
participações societárias
provisão para passivo atuarial
receitas financeiras
resultado a realizar em operações de *hedge*
resultado de equivalência patrimonial
tributos correntes a recuperar

Considerando-se que essas informações correspondem às contas extraídas do balanço patrimonial, da demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente de determinada companhia, é correto afirmar que constam

- A** da demonstração do resultado do exercício o custo dos produtos vendidos, as receitas financeiras e os tributos correntes a recuperar.
- B** do ativo circulante do balanço patrimonial as ações em tesouraria, o caixa e os equivalentes de caixa, os clientes e as obrigações trabalhistas.
- C** do ativo não circulante do balanço patrimonial o imobilizado em andamento, o intangível e as participações societárias.
- D** do balanço patrimonial o caixa e os equivalentes de caixa, os clientes, a provisão para passivo atuarial e o resultado a realizar em operações de *hedge*.
- E** da demonstração do resultado do exercício as despesas antecipadas, as receitas financeiras e o resultado de equivalência patrimonial.

QUESTÃO 4

De acordo com a Resolução n.º 750/1993, atualizada pela Resolução n.º 1.282/2010, ambas do Conselho Federal de Contabilidade, assinale a opção correta, a respeito dos princípios de contabilidade.

- A** O princípio da competência compreende o processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais relevantes para que a entidade continue em operação.
- B** O princípio da prudência determina a adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior valor para os do passivo, sempre que existam alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais.
- C** O princípio da oportunidade determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos em seus respectivos períodos, independentemente de recebimento ou pagamento.
- D** O princípio do registro pelo valor original determina que, ao longo do tempo, os componentes patrimoniais sejam registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.
- E** O princípio da continuidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

QUESTÃO 5

Em janeiro de 2016, uma empresa fabricante de um modelo de equipamento esportivo aquático produziu e vendeu 100 unidades desse equipamento, ao preço unitário de R\$ 7.000. Naquele mês, os custos e as despesas variáveis totalizaram R\$ 2.500 (por unidade), e os custos e despesas fixas, R\$ 200.000 (no mês).

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** O ponto de equilíbrio contábil é maior que 50 unidades.
- B** A empresa operou com uma margem de segurança de 44%.
- C** A empresa obteve R\$ 700.000 de lucro.
- D** Caso a depreciação mensal tenha sido de R\$ 20.000, o ponto de equilíbrio financeiro foi igual a R\$ 280.000.
- E** Caso a depreciação mensal tenha sido de R\$ 30.000, o ponto de equilíbrio contábil foi menor que R\$ 300.000.

QUESTÃO 6

ativo total médio	R\$ 640.000
giro do ativo total	3,125
lucro líquido após o imposto de renda	R\$ 40.000
lucro operacional após o imposto de renda	R\$ 80.000
margem operacional	4,00%
vendas líquidas	R\$ 2.000.000

Assinale a opção que indica corretamente o retorno sobre o ativo obtido durante o ano de 2015 pela diretoria da empresa cujos indicadores de rentabilidade estão apresentados na tabela.

- A** 12,50%
- B** 32,00%
- C** 3,13%
- D** 4,00%
- E** 6,25%

QUESTÃO 7

A respeito dos conceitos relativos ao sistema de contabilidade federal, assinale a opção correta.

- A** O subsistema de compensação contempla as contas destinadas ao controle dos atos e fatos provenientes do orçamento.
- B** O conceito de entidade do setor público exclui pessoas jurídicas de direito privado.
- C** Recursos controlados são ativos dos quais a entidade detém o controle, os riscos e os benefícios decorrentes, mesmo sem ter o direito de propriedade.
- D** O objeto da contabilidade aplicada ao setor público é a promoção de benefícios à população a partir dos bens públicos.
- E** As entidades do setor público constituem apenas uma unidade contábil, ainda que seu patrimônio esteja dividido entre diversas unidades administrativas.

QUESTÃO 8

Em um órgão público, se um material de consumo anteriormente requisitado for devolvido ao almoxarifado, deverá ocorrer uma

- A** desincorporação extraorçamentária de material de consumo.
- B** incorporação extraorçamentária de material de consumo.
- C** incorporação orçamentária de material permanente.
- D** incorporação orçamentária de material de consumo.
- E** desincorporação orçamentária de material de consumo.

QUESTÃO 9

O reconhecimento da variação patrimonial aumentativa será efetivado após a arrecadação orçamentária no caso de

- A concessão de suprimentos de fundos.
- B aquisição de veículo com pagamento à vista.
- C recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de serviços.
- D ocorrência do fato gerador de determinado imposto.
- E reconhecimento mensal do décimo terceiro salário, a ser pago no final do ano.

QUESTÃO 10

Em relação aos conceitos de contabilidade pública, assinale a opção correta.

- A Valor residual consiste na redução do valor aplicado na aquisição de direitos com existência ou exercício de duração limitada.
- B Amortização corresponde ao período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de uma provisão.
- C Valor líquido contábil é o valor do bem registrado na contabilidade, deduzido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.
- D Amortização é a redução do valor dos bens tangíveis devido a seu desgaste, decorrente de uso ou ação da natureza, ou à perda de utilidade por obsolescência.
- E Depreciação corresponde ao montante líquido que a entidade espera obter, com razoável segurança, por meio de um ativo no fim de sua vida útil econômica.

QUESTÃO 11

Assinale a opção que apresenta corretamente os itens patrimoniais que podem ser avaliados com base no valor de produção.

- A disponibilidades; investimentos permanentes; intangível
- B estoques; ativo imobilizado; intangível
- C estoques; investimentos permanentes; dívidas
- D intangível; disponibilidades; dívidas
- E estoques; dívidas; intangível

QUESTÃO 12

A conta de previsões anuladas da receita orçamentária de um órgão público deve constar da classe de

- A resultado diminutivo.
- B resultado aumentativo.
- C ativo.
- D passivo.
- E despesas.

QUESTÃO 13

O resultado das previsões presente no balanço orçamentário corresponde à diferença entre a

- A receita prevista e a despesa fixada.
- B despesa empenhada e a receita arrecadada.
- C despesa fixada e a despesa executada.
- D receita prevista e a receita executada.
- E receita arrecadada e a despesa empenhada.

QUESTÃO 14

Entre as funções do fluxo de caixa das operações do setor público inclui-se

- A demonstrar os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos.
- B evidenciar o resultado econômico de suas ações.
- C demonstrar os ingressos de receitas originárias e derivadas.
- D demonstrar os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante.
- E evidenciar qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública.

QUESTÃO 15

De acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 1/2014 e a Portaria STN n.º 700/2014, assinale a opção correta a respeito de receita pública.

- A As receitas correntes e de capital aumentam o patrimônio líquido das entidades públicas.
- B A transferência de receita a outros entes deve ser registrada como dedução da receita.
- C A classificação da receita por origem permite fazer o detalhamento das categorias econômicas.
- D A classificação da receita para apuração do resultado primário é obrigatória para todos os entes.
- E O reconhecimento da receita orçamentária acontece no momento da ocorrência do fato gerador.

QUESTÃO 16

Ainda de acordo com a Portaria Conjunta STN/SOF n.º 1/2014 e a Portaria STN n.º 700/2014, assinale a opção correta em relação aos ativos intangíveis.

- A Constituem ativo intangível os benefícios econômicos futuros gerados por pessoal especializado e por treinamentos realizados.
- B Ativos contidos em elementos que possuem substância física não podem ser classificados como intangíveis.
- C Os custos decorrentes da preparação do ativo intangível para o uso pretendido devem ser acrescentados ao valor de registro inicial.
- D A baixa de um ativo intangível restringe-se ao caso de inexistirem expectativas de futuros benefícios econômicos provenientes de sua utilização.
- E O ativo que estiver fora da classificação de intangível deverá ser registrado como variação patrimonial aumentativa.

QUESTÃO 17

Assinale a opção que apresenta uma atividade do Estado no exercício do papel de produtor.

- A promoção de transferência de tecnologia
- B limitação de importações por meio de normas
- C fomento ao desenvolvimento agrícola
- D atuação direta nos monopólios naturais
- E instituição do sistema financeiro da habitação

QUESTÃO 18

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a lei orçamentária anual deve compreender o orçamento fiscal, o qual conterà receitas e despesas referentes a todas as entidades da administração direta e indireta; o orçamento de investimento das empresas estatais; e o orçamento da seguridade social. Esse mandamento constitucional relaciona-se aos princípios orçamentários da

- A** uniformidade e da unidade.
- B** universalidade e da especificação.
- C** universalidade e da unidade.
- D** unidade e da especificação.
- E** universalidade e da programação.

QUESTÃO 19

Acerca do orçamento público no Brasil, assinale a opção correta.

- A** A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária deve conter o resumo das políticas setoriais do governo.
- B** Considera-se unidade administrativa o agrupamento de serviços a que são consignadas dotações orçamentárias próprias.
- C** Cabe ao órgão setorial de orçamento estabelecer as classificações orçamentárias da receita e da despesa.
- D** É vedada a regionalização genérica de metas do plano plurianual.
- E** As alterações na legislação tributária somente podem vigorar após serem incluídas na lei de diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 20

O tipo de classificação da despesa pública que define as áreas específicas de atuação para a ação governamental denomina-se classificação

- A** funcional.
- B** por modalidade.
- C** por fonte de recurso.
- D** por esfera.
- E** institucional.

QUESTÃO 21

Caso precise abrir um crédito suplementar para cobrir despesa com a folha de pagamentos dos servidores públicos, o governo poderá utilizar como fonte de recursos

- A** o saldo em caixa apurado em trinta e um de dezembro do exercício anterior.
- B** a diferença a maior entre despesas e receitas.
- C** parte dos recursos consignados na reserva de contingência.
- D** os recursos livres provenientes de crédito extraordinário.
- E** o resultado da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

QUESTÃO 22

Assinale a opção correta, a respeito de programação e execução financeira e orçamentária.

- A** Os recursos destinados ao pagamento do serviço da dívida pública podem ser objeto de limitação de empenho.
- B** Quando houver necessidade de criar um novo programa de trabalho, devem-se utilizar alterações quantitativas do orçamento.
- C** O decreto de programação orçamentária e financeira estabelece normas específicas de execução para o exercício em curso.
- D** O recurso financeiro é a autorização de gasto consignada a determinada unidade da estrutura administrativa.
- E** O destaque consiste na descentralização ou na movimentação de créditos realizadas no âmbito de um mesmo órgão.

QUESTÃO 23

O estágio de liquidação da despesa pública consiste

- A** na transferência dos valores arrecadados à conta específica do tesouro, responsável pela administração e pelo controle da arrecadação.
- B** no ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente, ou não, de implemento de condição.
- C** no procedimento administrativo realizado para verificar a ocorrência do fato gerador de determinado tributo e determinar a matéria tributável.
- D** na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta.
- E** na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

QUESTÃO 24

A receita corrente líquida é calculada a partir da inclusão e exclusão de vários itens de receita. Entre as exclusões, no caso dos estados, estão os recursos

- A** entregues aos municípios por determinação constitucional.
- B** decorrentes da atividade industrial de extração mineral.
- C** decorrentes da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- D** originados na prestação de serviços de inspeção e fiscalização.
- E** provenientes de rendimentos sobre o ativo permanente.

QUESTÃO 25

A respeito de licitações e contratos realizados pela administração pública, assinale a opção correta.

- A** É vedada a habilitação de interessados residentes ou sediados em locais diferentes de onde se situar a repartição interessada.
- B** Concurso é a modalidade de licitação entre interessados na compra de bens móveis inservíveis ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.
- C** Se determinada compra puder ser feita por meio de convite, a administração poderá utilizar a tomada de preços.
- D** No caso de empate em uma licitação, os bens produzidos no exterior por empresas brasileiras têm precedência sobre os bens produzidos no Brasil por empresas estrangeiras.
- E** As obras, os serviços e os fornecimentos podem ser divididos, a critério da administração, na quantidade de parcelas que se comprovarem técnica e economicamente viáveis.

QUESTÃO 26

Os serviços públicos relacionados ao conceito de taxa contido no Código Tributário Nacional são considerados

- A** divisíveis quando destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas.
- B** efetivamente utilizados pelo contribuinte quando postos à sua disposição.
- C** potencialmente utilizados quando, sendo de utilização facultativa, são postos à disposição do contribuinte mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- D** divisíveis quando suscetíveis de utilização, separadamente, por cada um dos seus usuários.
- E** específicos quando é possível identificar a pessoa de direito público competente para prestá-lo.

QUESTÃO 27

Com relação às contribuições de melhoria, assinale a opção correta.

- A** A contribuição de melhoria tem como base de cálculo somente o custo da obra pública realizada.
- B** A União pode cobrar contribuição de melhoria de outro ente federado que possua imóvel situado em área direta ou indiretamente beneficiada por obra pública.
- C** Qualquer cidadão pode impugnar os elementos constantes do edital publicado para a cobrança da contribuição de melhoria.
- D** Devem ser incluídos no orçamento de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios decorrentes das contribuições de melhoria sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.
- E** O proprietário do imóvel situado em zona beneficiada por obra pública pode repassar ao locatário a contribuição de melhoria.

QUESTÃO 28

De acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil n.º 1.234/2012 (IN RFB n.º 1.234/2012), as retenções sobre os pagamentos relativos ao operador aeroportuário são feitas sobre o

- A** valor cobrado a título de prestação do serviço de agenciamento de viagens.
- B** total a pagar a cada empresa prestadora do serviço.
- C** total da venda de passagens aos órgãos e entidades públicas.
- D** valor referente à tarifa de embarque.
- E** valor cobrado a título de comissão pela intermediação da comercialização do bilhete de passagem.

QUESTÃO 29

A União deve reter os valores correspondentes ao imposto sobre a renda em caso de pagamento

- A** de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores.
- B** a instituições de educação com fins lucrativos.
- C** a título de prestações relativas à aquisição de bem financiado por instituição financeira.
- D** a pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas.
- E** de condomínios edilícios.

QUESTÃO 30

Para que possa ser beneficiada pela isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a instituição de caráter recreativo

- A** deve manter escrituração contábil das despesas, sendo facultativa a escrituração das receitas.
- B** deve ter fins lucrativos.
- C** não pode remunerar, por qualquer forma, seus instituidores, benfeitores e conselheiros.
- D** deve aplicar, parcialmente, seus recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.
- E** não pode ter participação em outras entidades com personalidade jurídica própria por ela constituída e mantida.

QUESTÃO 31

A alíquota aplicada no cálculo do valor a ser retido pelos órgãos da administração pública federal direta a título de contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é de

- A** 1%.
- B** 3%.
- C** 9%.
- D** 15%.
- E** 0,65%.

QUESTÃO 32

Com relação às contribuições previdenciárias do microempreendedor individual (MEI) retidas ou recolhidas pelos órgãos da administração pública federal direta, assinale a opção correta.

- A** O órgão público deve reter 15% sobre o valor total da remuneração paga ou creditada ao MEI.
- B** Em se tratando de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, a retenção se dá sobre o valor bruto do recibo emitido.
- C** Retêm-se 11% sobre o valor bruto do recibo de prestação de serviços executados mediante empreitada.
- D** Devem ser recolhidos 20% sobre o valor da remuneração paga ou creditada pelo órgão público no caso de contratação de MEI para a prestação de serviços de hidráulica, eletricidade, pintura, alvenaria, carpintaria e de manutenção ou reparo de veículos.
- E** A retenção da contribuição previdenciária do MEI deve ser realizada pelo órgão público até o limite do valor fixo mensal estipulado pela lei.

QUESTÃO 33

Acerca do tratamento contábil aplicável aos impostos e contribuições, assinale a opção correta.

- A** O crédito tributário será mensurado, inicialmente, pelo seu valor de realização na data do reconhecimento.
- B** Os recebimentos antecipados relativos a tributos são, em essência, diferentes de outros recebimentos antecipados, devendo a variação patrimonial aumentativa ser reconhecida imediatamente.
- C** Não há ajuste contábil pelas perdas de créditos relativos a impostos lançados em dívida ativa, por ser tal dívida imprescritível.
- D** O recolhimento de contribuições retidas nos pagamentos de serviços de terceiros tem caráter orçamentário.
- E** Os impostos representam variações patrimoniais aumentativas decorrentes de transação sem contraprestação.

QUESTÃO 34

Assinale a opção correta a respeito dos princípios fundamentais na Constituição Federal de 1988 (CF).

- A** A dignidade da pessoa humana é conceito eminentemente ético-filosófico, insuscetível de detalhada qualificação normativa, de modo que de sua previsão na Constituição não resulta grande eficácia jurídica, em razão de seu conteúdo abstrato.
- B** O valor social do trabalho possui como traço caracterizador primordial e principal a liberdade de escolha profissional, correspondendo à opção pelo modelo capitalista de produção.
- C** A valorização social do trabalho e da livre-iniciativa não alcança, indiscriminadamente, quaisquer manifestações, mas apenas atividades econômicas capazes de impulsionar o desenvolvimento nacional.
- D** O conceito atual de soberania exprime o autorreconhecimento do Estado como sujeito de direito internacional, mas não engloba os conceitos de abertura, cooperação e integração.
- E** A cidadania envolve não só prerrogativas que viabilizem o poder do cidadão de influenciar as decisões políticas, mas também a obrigação de respeitar tais decisões, ainda que delas discorde.

QUESTÃO 35

Conforme o inciso VII do artigo 5.º da CF, “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva”. Considerando-se a aplicabilidade das normas constitucionais e os critérios doutrinários de classificação, é correto afirmar que o referido dispositivo constitui norma

- A** de eficácia limitada de princípio institutivo.
- B** de eficácia limitada programática.
- C** de aplicabilidade imediata.
- D** de eficácia plena programática.
- E** de eficácia plena.

QUESTÃO 36

Assinale a opção correta acerca do que dispõe a CF sobre partidos políticos.

- A** Os partidos políticos possuem personalidade jurídica de direito público.
- B** A previsão constitucional de que a lei regram a função parlamentar autoriza o estabelecimento, pela legislação infraconstitucional, de padrões mínimos de desempenho eleitoral como condição para funcionamento do partido nas casas legislativas.
- C** É inconstitucional, por ofensa ao pluripartidarismo e ao pluralismo político, a fixação de proporcionalidade entre a representatividade partidária e a distribuição do fundo partidário e do tempo na televisão e no rádio.
- D** A exigência de caráter nacional dos partidos políticos visa resguardar o princípio federativo da unidade nacional.
- E** A vedação à utilização de organização paramilitar não obsta que os partidos, em razão da autonomia que lhe é constitucionalmente assegurada, convençam indumentária uniformizada ou que estabeleçam, em seu âmbito interno, relação de comando e obediência baseada em hierarquia rígida e fidelidade partidária.

QUESTÃO 37

De acordo com a CF, compete

- A** aos municípios explorar diretamente serviços de radiodifusão.
- B** à União legislar privativamente sobre desapropriação.
- C** à União legislar privativamente sobre direito financeiro.
- D** à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios legislar concorrentemente sobre direito agrário.
- E** aos estados elaborar e executar planos regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

QUESTÃO 38

À luz do disposto na CF, assinale a opção correta a respeito do concurso público.

- A** É constitucional a limitação de idade para inscrição em concurso público quando essa limitação se justificar em razão das atribuições do cargo.
- B** A constitucionalidade da sujeição de candidato a exame psicotécnico em concurso público depende apenas de haver previsão editalícia nesse sentido.
- C** As provas de títulos em concurso público devem possuir caráter eliminatório e classificatório.
- D** É inconstitucional a disposição, em edital, que limite o número de participantes de cada fase de concurso público e que possa, por isso, eliminar eventuais candidatos que, embora aprovados, não alcancem a classificação mínima exigida.
- E** Os serviços sociais autônomos, embora não integrem a administração pública, submetem-se à regra constitucional de exigência de concurso público para provimento de seus quadros.

QUESTÃO 39

Com base no que dispõe a CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

- A** A CF admite excepcionalmente a edição, pelo presidente da República, de decreto como fonte normativa primária, o chamado decreto autônomo.
- B** Em processo de *impeachment* por crime de responsabilidade, o contraditório e a ampla defesa somente são exercidos pelo presidente da República perante o Senado Federal, na fase de processo e julgamento.
- C** A renúncia ao mandato pelo presidente da República prejudica, por perda de objeto, o processo de *impeachment* eventualmente em curso, acarretando a sua extinção automática.
- D** Por força do princípio da inafastabilidade jurisdicional, eventual decisão condenatória proferida pelo Senado Federal em julgamento por crime de responsabilidade estará sujeita a controle judicial posterior.
- E** Por ser norma punitiva, o rol de crimes de responsabilidade previsto na CF é taxativo, nele não podendo ser inseridos novos tipos.

QUESTÃO 40

Acerca do processo legislativo, assinale a opção correta de acordo com as disposições da CF.

- A** A sanção e promulgação de projeto de lei de iniciativa privativa do presidente da República, mas apresentado por parlamentar, sana o vício de iniciativa, por convalidação.
- B** A aprovação, sem nenhuma emenda ou modificação, de projeto de lei apresentado pelo presidente da República dispensa a sanção.
- C** Há veto tático sempre que o presidente da República deixa de sancionar a lei no prazo constitucionalmente exigido após sua aprovação.
- D** É vedada a apresentação de emenda parlamentar a projeto de lei de iniciativa privativa do presidente da República.
- E** Compete ao presidente da República o esclarecimento sobre em que consiste a contrariedade ao interesse público no veto político a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

QUESTÃO 41

De acordo com a CF, compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação

- A** cível ajuizada contra o presidente da República.
- B** direta de inconstitucionalidade contra lei do Distrito Federal editada no exercício de sua competência municipal.
- C** tipicamente constitucional ajuizada contra o Conselho Nacional de Justiça.
- D** que verse sobre verbas indenizatórias recebidas pela magistratura comuns a outras carreiras públicas.
- E** ordinária que impugne ato do Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 42

Após denúncia anônima contendo documentos que permitiram a determinada autarquia federal conhecer indícios de infração administrativa cometida por servidor público a ela vinculado, instaurou-se, no âmbito da entidade, processo administrativo disciplinar (PAD). Para compor a comissão responsável pelo PAD foi designado, entre outros membros, parente de quarto grau em linha colateral do servidor processado. A instrução processual foi ampla e houve necessidade de se prorrogar o prazo para a conclusão dos trabalhos. Ao final, o servidor, que optou por apresentar defesa pessoalmente, dispensando assistência técnica de advogado, foi indiciado.

Superado o prazo para a conclusão do processo, sobreveio decisão proferida pela autoridade competente em que foi reconhecida a prescrição da pretensão punitiva da administração pública e a extinção da punibilidade. Ainda assim, em atendimento ao princípio da publicidade, foi promovido o registro do PAD e do seu resultado nos assentamentos funcionais do servidor.

Com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990 e considerando a doutrina e a jurisprudência, é correto afirmar que, na situação apresentada, houve irregularidade decorrente

- A** do fato de a comissão ter sido integrada pelo parente do servidor.
- B** do registro nos assentamentos funcionais do servidor.
- C** do excesso de prazo para conclusão do processo.
- D** da ausência de defesa técnica por advogado.
- E** do fato de a denúncia que deu origem à instauração do PAD ser anônima.

QUESTÃO 43

Com base no disposto na Lei n.º 8.112/1990, assinale a opção correta acerca da acumulação de cargos.

- A** O servidor ocupante de cargo em comissão pode exercer interinamente cargo em comissão diverso, sem prejuízo das atribuições do cargo por ele regularmente ocupado.
- B** O servidor ocupante de cargo em comissão não poderá perceber, adicionalmente, remuneração por eventual participação em conselhos de administração de empresa pública.
- C** O servidor que acumular licitamente dois cargos efetivos poderá ser investido em um terceiro cargo, em comissão, se houver compatibilidade de horários.
- D** A proibição de acumular cargos não alcança cargos dos quadros de entidades da administração indireta.
- E** Proventos de aposentadoria de emprego público não podem ser cumulados com o exercício de cargo temporário.

QUESTÃO 44

A respeito da responsabilidade do servidor, assinale a opção correta à luz da Lei n.º 8.112/1990.

- A** A responsabilidade regressiva do servidor por dano praticado contra terceiro no exercício de suas funções é objetiva.
- B** A responsabilidade criminal do servidor alcança contravenções eventualmente por ele praticadas no exercício de suas funções.
- C** A responsabilidade regressiva do servidor por dano praticado contra terceiro é personalíssima, não se estendendo a seus herdeiros e sucessores.
- D** Eventual decisão que absolva servidor público na esfera penal não interfere nas esferas civil e administrativa.
- E** A denúncia feita pelo servidor à autoridade competente a respeito da suspeita de envolvimento de seu superior em ato de improbidade acarreta a sua responsabilidade, se posteriormente verificada a inexistência de infração.

QUESTÃO 45

Com base no disposto na Lei n.º 11.416/2006, assinale a opção correta.

- A** As funções comissionadas de natureza gerencial somente podem ser exercidas por servidores com formação superior.
- B** Atividades básicas de apoio operacional são atribuições reservadas aos cargos da carreira de técnico judiciário.
- C** As funções comissionadas de natureza gerencial pressupõem vínculo de subordinação e poder de decisão.
- D** Os critérios para o exercício de função comissionada de natureza não gerencial se inserem na discricionariedade administrativa da autoridade responsável pela nomeação.
- E** Exige-se nível superior de escolaridade dos ocupantes de cargos na área de apoio especializado.

QUESTÃO 46

De acordo com a Lei n.º 8.112/1990, estará sujeito à penalidade de demissão o servidor público que

- A** negar fé a documento público.
- B** opor resistência injustificada a processo administrativo.
- C** reincidir na retirada de documento da repartição sem prévia autorização da autoridade competente.
- D** coagir subordinado a filiar-se a partido político.
- E** utilizar recurso material da repartição em atividade particular.

QUESTÃO 47

Conforme a Lei n.º 8.112/1990, o servidor que sofrer acidente que limite sua capacidade física de forma a inviabilizar o exercício pleno das atribuições do cargo por ele ocupado deverá

- A** desempenhar suas funções como excedente em cargo de atribuições afins, com mesmo nível de escolaridade e equivalência de vencimentos, até a ocorrência de vaga disponível.
- B** ser mantido no mesmo cargo que ocupa, com eliminação das atribuições para as quais não mais tiver capacidade.
- C** ser exonerado de ofício.
- D** ser revertido por invalidez.
- E** ser posto em disponibilidade.

QUESTÃO 48

Conforme a Lei n.º 8.112/1990, o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal para outro órgão ou entidade do mesmo poder denomina-se

- A** transferência.
- B** substituição.
- C** redistribuição.
- D** remoção.
- E** reintegração.

QUESTÃO 49

Assinale a opção correta a respeito dos princípios da administração pública.

- A** A administração deve, em caso de incompatibilidade, dar preferência à aplicação do princípio da supremacia do interesse público em detrimento do princípio da legalidade.
- B** A publicidade, princípio basilar da administração pública, não pode sofrer restrições.
- C** A ofensa ao princípio da moralidade pressupõe afronta também ao princípio da legalidade.
- D** O princípio da eficiência deve ser aplicado prioritariamente, em detrimento do princípio da legalidade, em caso de incompatibilidade na aplicação de ambos.
- E** Os institutos do impedimento e da suspeição no âmbito do direito administrativo são importantes corolários do princípio da impessoalidade.

As próximas 8 questões deverão ser respondidas à luz da Resolução n.º 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e suas alterações, a qual rege o planejamento estratégico no Poder Judiciário brasileiro para 2020.

QUESTÃO 50

Tendo em vista que o planejamento estratégico permite, a partir da análise do ambiente externo e interno da organização, estabelecer a missão, visão, valores, políticas e diretrizes que norteiam suas decisões a médio e longo prazo, assinale a opção correta.

- A** Os planos estratégicos dos tribunais devem estar alinhados ao plano plurianual como forma de garantir os recursos necessários à sua execução.
- B** A missão do Poder Judiciário é promover a justiça social.
- C** A formulação do plano estratégico dos órgãos do Judiciário deve estar alinhada à sua estratégia nacional para o sexênio 2015/2020.
- D** Os planos estratégicos no Poder Judiciário são elaborados para uma abrangência mínima de quatro anos e máxima de seis anos.
- E** A estratégia do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020 poderá se desdobrar apenas em dois níveis: nacional, com aplicação obrigatória a todo judiciário; e por segmento de justiça, de forma facultativa.

QUESTÃO 51

O macrodesafio do Poder Judiciário, estabelecido como estratégia para 2020, é

- A** o aprimoramento da gestão da justiça criminal.
- B** a instituição da governança judiciária.
- C** a garantia dos direitos da cidadania.
- D** o combate à improbidade administrativa.
- E** a realização da justiça social.

QUESTÃO 52

Na missão institucional descrita no planejamento estratégico de uma organização estabelece-se o propósito ou a razão para a sua existência; portanto, a essência do planejamento estratégico está em definir sua missão organizacional. A missão do Poder Judiciário, segundo a resolução em apreço, é

- A** realizar justiça.
- B** promover a transparência e o controle social.
- C** efetivar a prestação jurisdicional.
- D** promover a responsabilidade socioambiental.
- E** combater a corrupção.

QUESTÃO 53

Na resolução em questão, são assinalados três macrodesafios do Poder Judiciário para 2020: sociedade, processos internos e recursos, os quais se desdobram em uma série de diretrizes que devem nortear as ações do Poder Judiciário. Assinale a opção que apresenta diretriz relacionada ao macrodesafio processo interno.

- A** combate à corrupção e à improbidade administrativa
- B** efetividade na prestação jurisdicional
- C** melhoria da gestão de pessoas
- D** garantia aos direitos da cidadania
- E** instituição da governança judiciária

QUESTÃO 54

O Banco de Boas Práticas e Ideias para o Judiciário (BPIJUS) foi criado mediante a resolução em tela, com o objetivo de aperfeiçoar os serviços judiciais. Entre as ações do BPIJUS inclui-se

- A a promoção e o compartilhamento de ideias inovadoras, apresentadas por qualquer pessoa, para a melhoria do Poder Judiciário.
- B o oferecimento de suporte informacional para os órgãos do Poder Judiciário quando da elaboração do processo orçamentário.
- C o fomento à gestão da informação estratégica no âmbito do Poder Judiciário.
- D o compartilhamento de metas nacionais, diretrizes e iniciativas estratégicas para o Poder Judiciário.
- E a promoção do compartilhamento de informações para organização dos encontros nacionais do Poder Judiciário.

QUESTÃO 55

Em relação à Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário conforme a resolução em apreço, assinale a opção correta.

- A A Rede de Governança atua, primordialmente, na área de gestão de projetos, otimização de processos de trabalho, assim como na produção de dados estatísticos.
- B É competência da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário alinhar a proposta orçamentária dos tribunais a seus respectivos planos estratégicos.
- C É competência da Rede de Governança apresentar propostas de aperfeiçoamento da estratégia do Poder Judiciário para 2020, bem como auxiliar a execução, o monitoramento dos trabalhos e a divulgação dos resultados.
- D Compete à referida Rede manter unidades de gestão estratégica para assessorar a implantação e o monitoramento do planejamento estratégico.
- E Compete à presidência do CNJ a indicação dos representantes dos órgãos do Poder Judiciário para compor a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

QUESTÃO 56

A gestão de demandas repetitivas e dos grandes litigantes caracteriza-se como

- A missão do Poder Judiciário.
- B macrodesafio relacionado à sociedade.
- C macrodesafio relacionado a recurso.
- D visão do Poder Judiciário.
- E macrodesafio relacionado a processo interno.

QUESTÃO 57

A execução do plano estratégico dos órgãos do Poder Judiciário deve alinhar-se ao plano estratégico do Poder Judiciário para 2020, com possibilidade de revisões periódicas. Para tanto, os órgãos do Poder Judiciário deverão realizar reuniões de análise da estratégia (RAEs) para avaliação e acompanhamentos dos resultados, com vistas a promover os ajustes ou medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional. Conforme a referida resolução, as RAEs dos órgãos do Poder Judiciário devem ser realizadas

- A pelo menos quadrimestralmente.
- B no mês de novembro de cada ano.
- C mensalmente.
- D semestralmente.
- E anualmente.

QUESTÃO 58

Assinale a opção correta de acordo com o Código de Ética do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 8.^a Região.

- A A prática de ações com visibilidade plena integra a gestão democrática que deve ser observada pelo servidor no cumprimento de suas atribuições.
- B Os servidores nomeados ou designados para o exercício dos cargos em comissão, de direção ou chefia, dada a natureza das atribuições, obedecerão a regras específicas, além das demais normas constantes do Código de Ética.
- C É vedado ao servidor manter sob sua subordinação hierárquica cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive.
- D A Comissão de Ética compõe-se por cinco membros e respectivos suplentes, designados pelo corregedor-geral do tribunal, entre os servidores efetivos e estáveis, que não tiverem sofrido, nos últimos cinco anos, punição penal ou administrativa.
- E As disposições constantes do Código de Ética aplicam-se a todos os servidores do tribunal e ainda àqueles que, mesmo sendo de outra instituição, prestem serviços de natureza permanente ao tribunal, mas não aos vinculados indiretamente e em caráter excepcional que estarão submetidos à regulação específica de seu órgão de origem.

QUESTÃO 59

Acerca dos dispositivos constantes do Regimento Interno do TRT da 8.^a Região, assinale a opção correta.

- A Compete originalmente ao presidente do TRT da 8.^a Região, a coordenação da escala de férias dos juízes de primeiro grau e a direção do foro trabalhista.
- B O depósito público é órgão externo auxiliar do Foro de Belém, não o integrando, portanto.
- C A Escola da Magistratura, o Conselho da Ordem do Mérito *Jus et Labor* e a Corregedoria Regional são órgãos do TRT da 8.^a Região.
- D É de competência exclusiva da Seção Especializada II do TRT da 8.^a Região processar e julgar, originariamente, os dissídios coletivos de natureza econômica ou jurídica, bem como homologar os acordos neles celebrados.
- E É da competência originária do vice-presidente do TRT da 8.^a Região a concessão de licença para servidor acompanhar cônjuge ou de licença capacitação, bem como a concessão de dispensa do ponto.

QUESTÃO 60

No que concerne aos trâmites processuais descritos no Regimento Interno do TRT da 8.^a Região, assinale a opção correta.

- A A pauta de julgamento será organizada pela ordem cronológica de entrada do processo na distribuição local.
- B Os julgamentos acerca de dissídios coletivos, embargos de declaração, *habeas corpus* e mandados de segurança preferem aos demais julgamentos, independentemente de requerimento da parte.
- C As partes serão notificadas dos julgamentos mediante publicação da pauta no órgão oficial, com antecedência mínima de setenta e duas horas.
- D Independem de publicação e inclusão em pauta de julgamento: *habeas corpus*, conflito de competência e processo administrativo disciplinar.
- E Nas sessões de julgamento da pauta judiciária, o pronunciamento do desembargador relator precede a manifestação do Ministério Público do Trabalho.